

Consolidação de Contas



2014

Índice:

	Pág.
Relatório de Gestão Consolidado	
1. Introdução	2, 3
2. Perímetro de consolidação e organograma do grupo autárquico	4
3. Método de consolidação	5
4. Análise patrimonial	5
4.1 Análise do balanço	5, 6, 7, 8
4.3 Análise da demonstração de resultados	8, 9, 10, 11
4.4 Indicadores de gestão	11
4.4.1 Indicadores de natureza patrimonial	11, 12, 13, 14, 15
5. Mapas dos fluxos de caixa consolidado	16, 17
6. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício	18
6.1 Reconhecimento do Fundo de Apoio Municipal (FAM)	18
7. Balanço consolidado do grupo autárquico	19,20
8. Demonstração de Resultados Consolidada do grupo autárquico	21
9. Mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais	22

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Introdução	23
1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas	23
1.1 Entidades incluídas na consolidação	23
1.1.1 Entidade Mãe – Municipio de Anadia	23
1.1.2 Empresa local – WRC - Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, EIM, Sa	24
2. Entidades excluídas da consolidação	25
3. Informações de procedimentos de consolidação	25
4. Informações sobre o Endividamento de médio e longo prazo	26
5. Informações sobre saldo e fluxos financeiros	27
6. Informações relativas a compromissos	27
7. Informações relativas a políticas contabilísticas	28
7.1 Imobilizações	28
7.2 Locação Financeira	28
7.3 Existências	28
7.4 Provisões	28
7.5 Dívida de a terceiros	29
7.6 Disponibilidade	29
7.7 Especialização do exercício	29
8. Informações relativas a diversas rubricas	29, 30, 31, 32, 33
9. Informações diversas	34

Certificação Legal das Contas Consolidadas



RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

2014

1. INTRODUÇÃO

A prossecução de atribuições e competências cada vez mais amplas, a par da exigência de qualidade na gestão pública local, impulsionaram os municípios a utilizar estruturas de serviços distintas das que outrora operavam, adequando os seus modelos organizacionais. De facto, os municípios deslocaram a sua atuação para outras organizações, nomeadamente as de natureza empresarial, que detêm ou controlam, passando assim a agir numa lógica de grupo autárquico.

Assim, uma visão global da situação financeira do grupo é prejudicada pela simples prestação de contas individuais de cada uma das entidades que o constituem. A análise individualizada dos documentos de prestação de contas e das atividades parcelarmente desenvolvidas, incluindo o município, não possibilita uma apreciação financeira integrada, firme, absoluta e completa, dificultando deste modo uma visão global do grupo, elementar para a tomada de decisão e a definição de estratégias.

A consolidação de contas nos municípios surge, assim, como um passo necessário para melhorar a informação contabilística prestada pela administração local.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo autárquico, permitindo, ainda, o estabelecimento de contas únicas representativas da atividade global e da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns.

Desta forma, além das contas individuais que as autarquias são obrigadas a apresentar, também têm de apresentar as contas consolidadas do grupo autárquico em que a autarquia se enquadra, prerrogativa prevista na Lei que Estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais.



A informação económico-financeira, resultante da consolidação de contas, facilita a tomada de decisão e respetivo controlo, por parte das entidades e do respetivo grupo autárquico no que respeita ao cumprimento dos objetivos estabelecidos, com especial relevo no controlo do défice orçamental.

O artigo 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Lei que Estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI) – prevê no seu n.º 1 que “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”.

O referido normativo legal no seu n.º8 do art.º 75 refere que “Os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do setor público administrativo”, sabendo-se que tais procedimentos e métodos, são os constantes na Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho que aprova a Orientação n.º 1/2010 designada por “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”.

No início de maio de 2011, foram publicadas pelo grupo SATAPOCAL um conjunto de instruções que permitiriam a aplicação deste regime pelos municípios de forma coerente, harmoniosa e comparável atendendo às lacunas que persistiam da articulação dos vários regimes: Lei das Finanças Locais, Portaria e Orientação n.º 1/2010.

Constitui entendimento do SATAPOCAL através das suas instruções para o exercício de 2014 publicitado no Portal Autárquico da Direção Geral das Autarquias Locais que os municípios que, de acordo com o quadro legal, sejam obrigados a apresentar contas consolidadas pela primeira vez, situação onde se enquadra o Município de Anadia, deve ser aplicada a exceção transitória consagrada no ponto 4.7 da Orientação do SATAPOCAL, ou seja, não é exigível a apresentação, para efeitos de comparação, de informação financeira consolidada reportada ao início do exercício referido, ou seja, ao final do exercício anterior. Apesar deste entendimento, o Município de Anadia, de forma a permitir perceber as principais diferenças ocorridas ao nível do perímetro de consolidação e a materialidade das demonstrações financeiras, sempre que possível e seja relevante, apresenta a análise comparativa dos documentos consolidados entre os exercícios de 2014 e o de 2013.

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E ORGANOGRAMA DO GRUPO AUTÁRQUICO

A definição do perímetro de consolidação do Município de Anadia decorre do normativo legal. Assim, o perímetro de consolidação, definido no n.º 3, do artigo 75.º, da Lei que Estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), engloba as entidades do sector empresarial local em que o Município de Anadia detém uma posição de controlo direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

A consolidação de contas do Município de Anadia abrange as entidades que respeitem o regime jurídico da Atividade Empresarial Local (AEL – Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto)

O perímetro de consolidação de contas do Município de Anadia atende aos seguintes fatores:

- a) Natureza de atividade – Compatibilidade e homogeneidade das demonstrações financeiras;
- b) Materialidade – Grau de relevância dos valores de cada entidade consolidada.

De acordo com o exposto, o perímetro de consolidação do Município de Anadia abrange uma única entidade, a WRC – Agência de Desenvolvimento Regional EIM, SA



3. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

O método adotado na consolidação de contas do município de Anadia foi o método de consolidação integral, o qual consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respectivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas.

4. ANÁLISE PATRIMONIAL

4.1 Análise do Balanço

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Municipal à data de encerramento do exercício 2014, dando a conhecer, por um lado, o Ativo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e Capital Próprio do Grupo que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

A estrutura do Ativo reparte-se em Imobilizado – ou Ativo Fixo – e em Ativo Circulante. Por seu lado, a estrutura do Passivo é repartida entre o Capital Próprio ou Fundos Próprios e o Passivo.

SINTESE DA ESTRUTURA DO BALANÇO CONSOLIDADO

Contas dos Balanços	Balanços				2014/2013	
	2014		2013		Variação	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%
ACTIVO						
Imobilizado	128.086.840,57	93,66%	129.567.492,57	95,68%	-1.480.652,00	-1,14%
Bens de domínio público	30.760.108,29	24,02%	31.846.598,39	24,58%	-1.086.490,10	-3,41%
Imobilizações incorpóreas	2.619,64	0,00%	6.459,92	0,00%	-3.840,28	-59,45%
Imobilizações corpóreas	92.765.239,39	72,42%	92.855.361,12	71,67%	-90.121,73	-0,10%
Investimentos financeiros	4.558.873,25	3,56%	4.859.073,14	3,75%	-300.199,89	-6,18%
Circulante	8.371.898,86	6,12%	5.354.206,06	3,95%	3.017.692,80	56,36%
Existências	230.480,67	2,75%	130.928,96	2,45%	99.551,71	76,03%
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	
Dívidas de terceiros - Curto prazo	2.442.900,27	29,18%	3.902.077,21	72,88%	-1.459.176,94	-37,39%
Títulos negociáveis	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	
Depósitos em instituições financeiras e caixa	5.698.517,92	68,07%	1.321.199,89	24,68%	4.377.318,03	331,31%
Acréscimos e diferimentos:	299.254,67	0,22%	501.458,57	0,37%	-202.203,90	-40,32%
Total do activo	136.757.994,10	100,00%	135.423.157,20	100,00%	1.334.836,90	0,99%



Contas dos Balanços	Balanços				2014/2013	
	2014		2013		Variação	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Fundos Próprios						
Património	74.483.194,49	85,52%	74.482.830,37	85,57%	364,12	0,00%
Diferenças de consolidação	623,56	0,00%	-264.261,63	-0,30%	264.885,19	-100,24%
Reservas	8.710.603,75	10,00%	8.710.603,75	10,01%	0,00	0,00%
Resultados transitados	4.134.126,62	4,75%	4.638.244,12	5,33%	-504.117,50	-10,87%
Resultado líquido do exercício	-454.289,38	-0,52%	-754.911,94	-0,87%	300.622,56	-39,82%
Interesses minoritários	219.312,00	0,25%	229.460,86	0,26%	-10.148,86	-4,42%
Total dos Fundos Próprios	87.093.571,04	63,68%	87.041.965,53	64,27%	61.754,37	0,06%
Passivo						
Provisões para riscos e encargos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos	6.992.502,58	14,08%	7.765.378,37	16,05%	-772.875,79	-9,95%
Dividas a instituições de crédito	6.905.026,98	98,75%	7.374.797,16	94,97%	-469.770,18	-6,37%
Outros credores	87.475,60	1,27%	390.581,21	5,30%	-303.105,61	-77,60%
Dívidas a terceiros - Curto prazo:	1.594.158,02	3,21%	1.443.147,06	2,98%	151.010,96	10,46%
Empréstimos de curto prazo	962.998,93	60,41%	834.352,04	52,34%	128.646,89	15,42%
Fornecedores c/c	41.212,03	2,59%	101.225,25	6,35%	-60.013,22	-59,29%
Clientes e utentes c/ cauções	9.924,83	0,62%	9.924,83	0,62%	0,00	0,00%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Fornecedores de Imobilizado c/c	5.054,80	0,32%	104.123,31	6,53%	-99.068,51	-95,15%
Estado e outros entes públicos	65.006,01	4,08%	81.029,49	5,08%	-16.023,48	-19,77%
Outros credores	509.961,42	31,99%	312.492,14	19,60%	197.469,28	63,19%
Acréscimos e diferimentos:	41.077.762,46	82,71%	39.172.666,24	80,97%	1.905.096,22	4,86%
Total do Passivo	49.664.423,06	36,32%	48.381.191,67	35,73%	82.377,29	2,65%
Total dos Fundos Próprios e do Passivo	136.757.994,10	100,00%	135.423.157,20	100,00%	144.131,66	0,99%

O Balanço Consolidado quando comparado com o Balanço do Município de Anadia permite verificar o seu forte peso enquanto entidade-mãe, cuja representatividade é de 69,2% e, como tal, responsável pela apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do grupo autárquico.

Através da análise da estrutura do Ativo, podemos constatar que o peso relativo do Ativo Fixo é de 93,66%.

No que diz respeito à estrutura do Passivo, e tendo em consideração que a dívida relativa a empréstimos de médio e longo prazo que será paga durante o ano 2015 (amortizações de capital) se encontra relevada na rubrica de Dívidas de Terceiros a Curto Prazo e que representa 0,062 milhões de euros, poderemos afirmar que a dívida de maior expressão é, sem qualquer margem para dúvida, a de médio/longo prazo, apesar de toda ela ter sofrido um importante decréscimo entre 2013 e 2014. De facto, registou-se uma utilização menos intensa dos empréstimos de longo prazo previamente contratados, face ao que havia ocorrido em 2013, decorrente da conclusão de alguns dos investimentos e que foram determinantes para este resultado, apenas tendo sido utilizado o valor de 510.163,40 euros referente à última tranche



do empréstimo BEI para a conclusão do projeto do sistema integrado de saneamento do Concelho de Anadia.

Em relação à estrutura dos Fundos Próprios consolidados, que representam, no final do exercício, 87.093.571,04 euros, o destaque vai para a rubrica correspondente ao Património do grupo autárquico que apresenta neste agregado um peso de 85,52%.

O imobilizado líquido diminuiu, em todas as suas componentes, refletindo a diminuição verificada em termos do investimento de capital verificado no grupo autárquico.

O ativo circulante aumentou consideravelmente, com realce para a diminuição verificada na rubrica de dívidas de terceiros de curto prazo e no significativo aumento dos depósitos bancários e caixa.

Os acréscimos e diferimentos apresentaram igualmente uma significativa diminuição dos seus valores.

O total do ativo líquido aumentou ligeiramente, refletindo a forte poupança verificada que compensou a diminuição do imobilizado e das restantes rubricas do ativo circulante.

Analisando as componentes dos fundos próprios, que aumentaram ligeiramente em valor, apesar de terem diminuído em termos do seu peso relativo, verificamos que houve alguma estabilização, tendo as diferenças de consolidação diminuído em valor absoluto, bem como os resultados transitados, tendo o resultado líquido influenciado positivamente o seu valor.

Em termos do seu passivo, devemos distinguir o que constitui passivo exigível e que diminuiu, dos acréscimos e diferimentos que aumentaram, relevando este último agregado o aumento dos subsídios ao investimento recebidos, essencialmente do QREN, e que ainda não foram reconhecidos em termos de proveitos e na mesma proporção da amortização dos investimentos participados. Estamos portanto perante um passivo não exigível.

O passivo exigível, que diminuiu quer em valor quer em termos relativos, divide-se em dois grandes agregados, diferenciando-se desta forma o seu prazo de exigibilidade – o médio e longo prazo e o curto prazo. No referente ao passivo de médio e longo prazo, existiu uma clara diminuição, refletindo nomeadamente o valor das amortizações de capital dos empréstimos bancários e que foram superiores ao seu acréscimo e por outro lado aos reembolsos das



cauções efetuadas aos empreiteiros, conjugado com a sua reclassificação e correspondente passagem para o passivo de curto prazo.

As dívidas a terceiros de curto prazo aumentaram, tendo contribuído para este aumento o aumento das amortizações de capital dos empréstimos bancários exigíveis a curto prazo, essencialmente pela finalização do período de carência em dois deles. As dívidas aos fornecedores c/c e de imobilizado decresceram, não sendo significativos, face ao volume de atividade do grupo autárquico. O valor das dívidas a outros credores, aumentou, devido essencialmente á sua reclassificação e correspondente passagem do passivo a médio e longo prazo para o de curto prazo.

O valor referente aos valores em dívida ao estado e outros entes públicos diminuiu, e diz respeito essencialmente às retenções das contribuições devidas efetuadas aos funcionários e ás que constituem responsabilidade das entidades que constituem o grupo autárquico.

4.2 Análise da Demonstração de Resultados

Com a Demonstração de Resultados pretende-se aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a prognosticar a capacidade do grupo autárquico em gerar fluxos de caixa.

Pela análise do quadro seguinte, podemos verificar que se assistiu a uma diminuição, quer dos Custos e Perdas, quer dos proveitos (4,03%), encerrando o ano de 2014 com prejuízo, mas inferior ao de 2013.

Apresentaremos de seguida, um mapa resumo da Demonstração de Resultados, no qual, para além de podermos conhecer o peso percentual de cada conta no contesto global dos custos e perdas e proveitos e ganhos, podemos verificar a variação em valor e percentual relativamente ao ano de 2013.

Relativamente aos custos inerentes à atividade que está na essência do grupo autárquico, verifica-se, uma descida em valor de 1.201.340,53 euros e percentual de 6,46%, enquanto os custos e perdas financeiros aumentaram 245,67% devido ao impacto registado em 2014 das provisões para aplicações financeiras.

Os custos e perdas extraordinárias diminuíram em 32,06%, refletindo nomeadamente a diminuição verificada nas transferências de capital concedidas.

Em termos globais, existe igualmente uma rubrica que influencia positivamente o saldo, que são os custos extraordinários apurados no exercício. Estes custos têm uma variação negativa, ou seja, uma diminuição de 32,06%.

Por outro lado, nos proveitos inerentes à atividade do grupo autárquico, assistiu-se igualmente a uma diminuição de 4,4%, devido essencialmente ao decréscimo verificado nas rubricas de transferências e subsídios correntes obtidos e na de trabalhos para a própria entidade.

De realçar o aumento registado na rubrica de prestações de serviços e na de impostos e taxas.

Os proveitos e ganhos financeiros demonstraram estabilidade e os extraordinários decresceram ligeiramente.

SINTESE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Descrição	Demonstração de Resultados				2014/2013	
	2014		2013		Variação	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Custos e Perdas Operacionais	17.395.374,51	94,75%	18.596.715,04	97,21%	-1.201.340,53	-6,46%
Custos e perdas financeiros	682.373,83	3,72%	197.406,98	1,03%	484.966,85	245,67%
Custos e perdas correntes	18.077.748,34	98,47%	18.794.122,02	98,25%	-716.373,68	-3,81%
Custos extraordinários	731.825,92	3,99%	1.077.240,68	5,63%	-345.414,76	-32,06%
Custos e perdas do exercício	18.809.574,26	102,46%	19.871.362,70	103,88%	-1.061.788,44	-5,34%
Imposto sobre o rendimento do exercício	873,68	0,00%	641,51	0,00%	232,17	36,19%
Resultado líquido consolidado do exercício	-452.030,14	-2,46%	-742.492,44	-3,88%	290.462,30	-39,12%
Custos e Perdas Totais	18.358.417,80	100,00%	19.129.511,77	100,00%	-771.093,97	-4,03%
Proveitos e ganhos operacionais	15.391.833,20	83,84%	16.100.542,46	84,17%	-708.709,26	-4,40%
Proveitos e ganhos financeiros	948.415,84	5,17%	943.063,18	4,93%	5.352,66	0,57%
Proveitos e ganhos correntes	16.340.249,04	89,01%	17.043.605,64	89,10%	-703.356,60	-4,13%
Proveitos e ganhos extraordinários	2.018.168,76	10,99%	2.085.906,13	10,90%	-67.737,37	-3,25%
Proveitos Totais	18.358.417,80	100,00%	19.129.511,77	100,00%	-771.093,97	-4,03%

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

Descrição	Demonstração de Resultados				2014/2013	
	2014		2013		Variação	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Custos e Perdas						
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:						
Mercadorias	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Matérias	822.565,73	4,48%	996.834,85	5,21%	-174.269,12	-17,48%
Fornecimentos e serviços externos	4.627.044,47	25,20%	5.331.791,43	27,87%	-704.746,96	-13,22%
Custos com pessoal:	4.257.302,97	23,19%	4.273.967,20	22,34%	-16.664,23	-0,39%
Remunerações	3.353.388,67	18,27%	3.384.564,00	17,69%	-31.175,33	-0,92%
Encargos sociais	903.914,30	4,92%	889.403,20	4,65%	14.511,10	1,63%
Transferências correntes concedidas e prestações sociais	687.552,07	3,75%	877.329,65	4,59%	-189.777,58	-21,63%
Amortizações do exercício	6.788.488,93	36,98%	6.930.151,27	36,23%	-141.662,34	-2,04%
Provisões do exercício	133.129,06	0,73%	144.615,28	0,76%	-11.486,22	-7,94%
Outros custos e perdas operacionais	79.291,28	0,43%	42.025,36	0,22%	37.265,92	88,67%
(A)	17.395.374,51	94,75%	18.596.715,04	97,21%	-1.201.340,53	-6,46%
Custos e perdas financeiros	682.373,83	3,72%	197.406,98	1,03%	484.966,85	245,67%
(C)	18.077.748,34	98,47%	18.794.122,02	98,25%	-716.373,68	-3,81%
Custos e perdas extraordinários	731.825,92	3,99%	1.077.240,68	5,63%	-345.414,76	-32,06%
(E)	18.809.574,26	102,46%	19.871.362,70	103,88%	-1.061.788,44	-5,34%
Imposto sobre o rendimento do exercício	873,68	0,00%	641,51	0,00%	232,17	36,19%
(G)	18.810.447,94	102,46%	19.872.004,21	103,88%	-1.061.556,27	-5,34%
Resultado líquido do exercício	-452.030,14	-2,46%	-742.492,44	-3,88%	290.462,30	-39,12%
Total dos Custos e Perdas	18.358.417,80	100,00%	19.129.511,77	100,00%	-771.093,97	-4,03%
Proveitos e ganhos						
Vendas e prestações de serviços	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Vendas de mercadorias	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Vendas de produtos	1.190.840,56	6,49%	1.235.909,53	6,46%	-45.068,97	-3,65%
Prestações de serviços	1.710.661,51	9,32%	1.572.063,03	8,22%	138.598,48	8,82%
Impostos e taxas	3.818.895,23	20,80%	3.771.111,04	19,71%	47.784,19	1,27%
Variação da produção a)	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Trabalhos para a própria entidade	559.529,82	3,05%	751.075,86	3,93%	-191.546,04	-25,50%
Proveitos suplementares	0,00	0,00%	17.667,00	0,09%	-17.667,00	-100,00%
Transferência e subsídios correntes obtidos:	8.065.141,77	43,93%	8.718.338,30	45,58%	-653.196,53	-7,49%
Outros proveitos e ganhos operacionais	46.764,31	0,25%	34.377,70	0,18%	12.386,61	36,03%
(B)	15.391.833,20	83,84%	16.100.542,46	84,17%	-708.709,26	-4,40%
Proveitos e ganhos financeiros	948.415,84	5,17%	943.063,18	4,93%	5.352,66	0,57%
(D)	16.340.249,04	89,01%	17.043.605,64	89,10%	-703.356,60	-4,13%
Proveitos e ganhos extraordinários	2.018.168,76	10,99%	2.085.906,13	10,90%	-67.737,37	-3,25%
(F)	18.358.417,80	100,00%	19.129.511,77	100,00%	-771.093,97	-4,03%
Resumo						
Resultados operacionais: (B) - (A) =	-2.003.541,31		-2.496.172,58		492.631,27	-19,74%
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A) =	266.042,01		745.656,20		-479.614,19	-64,32%
Resultados correntes: (D) - (C) =	-1.737.499,30		-1.750.516,38		13.017,08	-0,74%
Resultado antes de impostos: (F) - (E) =	-451.156,46		-741.850,93		290.694,47	-39,19%
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =	-452.030,14		-742.492,44		290.462,30	-39,12%

Analisando a estrutura dos Custos e Perdas do grupo autárquico, podemos desde logo constatar que são os Custos com Pessoal, os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE's) e as Amortizações do Exercício os que mais contribuem para o seu total. Há que destacar, ao nível dos FSE's, um importante esforço de contenção, materializado na sua descida.

Do lado dos Proveitos há que salientar o peso que as transferências e subsídios obtidos assumem no total dos proveitos, sendo responsáveis, por si só, por 43,93% dos proveitos do grupo autárquico em 2014, embora tenham decrescido em relação ao ano anterior. Os impostos e taxas assumem igualmente um valor elevado, 20,80% em 2014, tendo crescido em relação ao ano anterior, impulsionados pelo aumento do valor arrecadado com o IMI, fruto do processo de reavaliação geral dos prédios urbanos entretanto ocorrida.

ANÁLISE DE RESULTADOS				
Resumo:	2014	2013	Variação (2014/2013)	
Resultados operacionais: (B) - (A) =	-2.003.541,31	-2.496.172,58	492.631,27	-19,74%
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A) =	266.042,01	745.656,20	-479.614,19	-64,32%
Resultados correntes: (D) - (C) =	-1.737.499,30	-1.750.516,38	13.017,08	-0,74%
Resultado antes de impostos: (F) - (E) =	-451.156,46	-741.850,93	290.694,47	-39,19%
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =	-452.030,14	-742.492,44	290.462,30	-39,12%

4.3 Indicadores de Gestão

4.3.1 Indicadores de Natureza Patrimonial

Os indicadores patrimoniais são geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua capacidade de endividamento. No entanto, no caso das autarquias, há que ter em atenção que o ativo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros por não serem hipotecáveis ou alienáveis, nomeadamente os bens de domínio público (que representam cerca de 22,49% do ativo total do Grupo Municipal) e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas.

Apesar destas limitações, estes indicadores, apresentados nos quadros seguintes relativamente ao grupo autárquico, permitem-nos ter uma perspectiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais.

Relativamente aos indicadores de equilíbrio de médio e longo prazo do grupo autárquico consolidado, tem-se a evidenciar o seguinte:

- Medem a relação entre os capitais próprios e os capitais alheios de uma entidade e, portanto, um valor baixo destes indicadores é sinónimo de fragilidade económico-financeira, podendo representar a inviabilidade da mesma a médio/longo prazo. Poderão ser vistos sob três ópticas, a que acresce o índice de autonomia financeira, assumindo todos valores muito confortáveis,

- O rácio de solvabilidade permite avaliar a capacidade de a entidade solver os seus compromissos de médio e longo prazo e analisar a sua dependência face a terceiros. Quanto mais elevado for este rácio, maior a estabilidade financeira apresentada, quanto mais baixo, maior a sua vulnerabilidade. Traduzem a capacidade do Grupo Autárquico, como um todo, solver as suas obrigações numa perspetiva de médio/longo prazo, isto é, trata-se de uma questão de liquidez na óptica da capacidade de continuar a gerar recursos financeiros suficientes para liquidar as dívidas nos prazos devidos.

Solvabilidade I – relaciona os Fundos Próprios com o Passivo;

Solvabilidade II – relaciona o Ativo Líquido com o Passivo (indica a solvabilidade em sentido estrito e deve ser superior a 100%, caso contrário evidencia uma situação líquida negativa);

Solvabilidade Adaptado - relaciona o Ativo Líquido expurgado dos bens de domínio público com o Passivo.

- Este rácio, quando comparado com o ano de 2013, demonstra a grande facilidade do grupo autárquico em solver os seus compromissos, e a diminuta dependência face a terceiros, nomeadamente em relação à banca, sendo claramente superior a 100%.

- Esta diminuta dependência verifica-se nos rácios de solvabilidade I e II e manteve-se quase inalterado, sofrendo apenas uma ligeira descida quando comparado com o ano transacto, como a seguir se demonstra:

- Solvabilidade I – Diminui 4,54%
- Solvabilidade II – Diminui 4,54%
- Solvabilidade Adaptada – Diminui 0,66%

- O rácio de autonomia financeira, expressa a participação dos fundos próprios no financiamento do grupo autárquico consolidado, demonstrando qual a dependência perante os capitais alheios. Pela análise efectuada verifica-se que a autonomia financeira do grupo autárquico apesar de ter sofrido um ligeiro ajustamento em baixa, continua a apresentar valores elevados e a demonstrar a baixa dependência perante os capitais alheios.

Autonomia Financeira - relaciona os Fundos Próprios com o Ativo Líquido.

INDICADORES DE EQUILÍBRIO DE MLP DO GRUPO CONSOLIDADO

INDICADORES		ANOS		VARIAÇÃO
		2014	2013	2014/2013
SOLVABILIDADE I	Fundo Patrimonial/Passivo	175,36%	179,91%	-4,54%
SOLVABILIDADE II	Ativo Líquido/Passivo	275,36%	279,91%	-4,54%
SOLVABILIDADE ADAPTADA	(Ativo líquido Total-BDPLíquido)/Passivo	213,43%	214,08%	-0,66%
AUTONOMIA FINANCEIRA	Fundo Patrimonial/Ativo Líquido	63,68%	64,27%	-0,59%

Os indicadores de equilíbrio de curto prazo do grupo consolidado demonstram claramente a existência de liquidez para fazer face ao passivo exigível circulante ou de curto prazo, tendo aumentado, pelo efeito conjugado de aumento do aumento do ativo circulante e pela diminuição do passivo circulante.

Efectivamente os rácios de liquidez geral e reduzida, apresentam-se claramente superiores ao patamar dos 100%, sendo portanto positivos e tendo aumentado.

INDICADORES DE EQUILÍBRIO DE CP DO GRUPO CONSOLIDADO

INDICADORES		ANOS		VARIAÇÃO
		2014	2013	2014/2013
LIQUIDEZ GERAL	Ativo Circulante/Passivo Circulante	525,16%	371,01%	154,15%
LIQUIDEZ IMEDIATA	Disponibilidades/Passivo Circulante	357,46%	91,55%	265,91%

Os indicadores de imobilizações do grupo consolidado, permitem-nos retirar da sua análise algumas conclusões, nomeadamente á boa cobertura do imobilizado líquido por capitais permanentes ou pelo fundo patrimonial, tendo ambos os indicadores aumentado.

A cobertura do imobilizado líquido por capitais alheios apesar de no seu global ter aumentado, devido á diminuição do valor do imobilizado líquido, diminuiu no referente aos capitais alheios de MLP e aumentou no referente aos de CP, acompanhando desta forma a evolução já devidamente explicada no referente aos capitais alheios e á sua reclassificação de acordo com os prazos da sua exigibilidade.

O indicador do imobilizado líquido total demonstra, apesar de ter descido, por força de o imobilizado líquido ter apresentado uma diminuição superior ao aumento verificado no ativo líquido, o elevado peso que os bens do imobilizado representam para o grupo autárquico. Este mesmo indicador, mas referente aos bens do domínio público, demonstra qual o seu peso no total do ativo líquido. Assume em termos do grupo autárquico um valor elevado, apesar de ter diminuído.

INDICADORES DE IMOBILIZAÇÕES DO GRUPO CONSOLIDADO

INDICADORES		ANOS		VARIAÇÃO
		2014	2013	2014/2013
Indicador das Imobilizações I	Capitais Permanentes / Imobilizado Líquido	73,45%	73,17%	0,2827%
Indicador das Imobilizações II	Fundo Patrimonial / Imobilizado Líquido	68,00%	67,18%	0,8169%
Indicador das Imobilizações III	Capitais Alheios MLP / Imobilizado Líquido	5,46%	5,99%	-0,5341%
Indicador das Imobilizações IV	Capitais Alheios CP / Imobilizado Líquido	1,24%	1,11%	0,1308%
Percentagem de Imobilizado líquido Total	Imobilizado Líquido / Ativo Líquido	93,66%	95,68%	-2,0165%
Precentagem de Imobilizado Líquido de Bens do Dominio Público	Imobilizado de BDP / Ativo Líquido	22,49%	23,52%	-1,0240%

No que diz respeito aos indicadores de endividamento do grupo consolidado, que face aos valores apresentados demonstram claramente a diminuta exposição do grupo autárquico ao endividamento, expõe-se o seguinte:

- O passivo do grupo autárquico situa-se nos 36,32% do ativo líquido, tendo aumentado ligeiramente, mas mantendo-se ainda inferior a metade do seu valor.
- Os empréstimos de médio e longo prazo do grupo correspondem a 5,05% do ativo líquido, tendo decrescido, apesar de apresentar um valor extremamente baixo.

- As dívidas de curto prazo apresentam valores correspondentes apenas a 1,17% do ativo líquido, tendo aumentado ligeiramente. Os empréstimos com exigibilidade a curto prazo apenas correspondem a 0,7% do ativo líquido, tendo igualmente aumentado ligeiramente.
- As dívidas de médio e longo prazo quando comparadas com o passivo, apenas representam 14,08% do mesmo, tendo diminuído quando comparadas com o ano de 2013.
- As dívidas de curto prazo apenas representam 3,21% do valor do passivo do grupo, tendo registado uma ligeira subida em relação ao ano anterior.

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO DO GRUPO CONSOLIDADO

INDICADORES		ANOS		VARIAÇÃO
		2014	2013	2014/2013
Endividamento	Passivo/Ativo Líquido	36,32%	35,73%	0,59%
Endividamento de MLP	Dívidas de MLP/Ativo Líquido	5,11%	5,73%	-0,62%
Endividamento - Empréstimos de MLP	Empréstimos de MLP/Ativo Líquido	5,05%	5,45%	-0,40%
Endividamento de CP	Dívidas de Curto Prazo/Ativo Líquido	1,17%	1,07%	0,10%
Endividamento - Empréstimos de CP	Empréstimos de CP/Ativo Líquido	0,70%	0,62%	0,09%
Estrutura de Endividamento I	Dívidas de MLP/Passivo	14,08%	16,05%	-1,97%
Estrutura de Endividamento II	Dívidas de Curto Prazo/Passivo	3,21%	2,98%	0,23%



5. MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

O mapa dos fluxos de caixa consolidado funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo autárquico, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações de tesouraria.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos no grupo autárquico como um todo durante o ano 2014, aparece refletido no mapa próprio, verificando-se que as entradas de fundos corresponderam a 23.077.744,60 euros, sendo 22.176.383,41 euros provenientes de receitas orçamentais e 901.361,19 euros resultantes de Operações de Tesouraria.

Desta forma, sendo a Despesa Global, em termos orçamentais (total de 17.660.323,31 euros), inferior em 4.516.060,10 euros à receita efectivamente cobrada, e existindo um saldo inicial de 615.252,89 euros, o saldo a transitar para a gerência seguinte será 5.131.312,99 de euros. A este saldo acrescem 567.204,93 euros como saldo de operações de tesouraria.

MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

(€)

	2014	2013	Varição
Caixa e equivalentes no início	1.321.199,89	4.069.282,80	-2.748.082,91
Execução Orçamental	615.252,89	3.514.828,24	-2.899.575,35
Operações de tesouraria	705.947,00	554.454,56	151.492,44
Operações Orçamentais			
Operações correntes			
Recebimentos correntes	15.626.201,41	15.275.977,05	350.224,36
Despesas correntes	10.691.307,07	10.897.331,40	-206.024,33
Resultados de operações correntes	4.936.124,34	4.061.817,25	874.307,09
Operações de capital			
recebimentos de capital	6.402.417,00	8.001.328,27	-1.598.911,27
Despesas de capital	5.825.875,12	15.545.998,52	-9.720.123,40
Resultado de operações de investimento	576.541,88	-7.544.670,25	8.121.212,13
REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	11.260,20	0,00	11.260,20
Operações financeiras			
Recebimentos Financeiros	136.504,80	1.621.839,78	-1.485.334,98
Pagamentos financeiros	1.144.371,12	1.023.315,46	121.055,66
Resultado das operações financeiras	-1.007.866,32	598.524,32	-1.606.390,64
Operações de Tesouraria			
Recebimentos	901.361,19	1.150.256,33	-248.895,14
Pagamentos	1.040.103,26	1.014.010,56	26.092,70
Resultado das operações tesouraria	-138.742,07	136.245,77	-274.987,84
Caixa e equivalentes no fim			
Execução Orçamental	5.114.201,25	615.252,89	4.498.948,36
Operações de tesouraria	584.316,67	705.947,00	-121.630,33

Da análise do quadro podemos verificar que, no ano de 2014, o fluxo financeiro de entradas em caixa e destinados a outras entidades foi de 901.361,19 euros, enquanto os movimentos de saída totalizaram o valor de 1.040.103,26 euros. Estas Operações de Tesouraria (OT) são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial. São consideradas OT as cobranças que os serviços municipais realizam para terceiros.



6. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

6.1 - Reconhecimento no passivo do montante total do valor das unidades de participação a realizar no âmbito do Fundo de Apoio Municipal (FAM).

Após a elaboração dos documentos de prestação de contas individuais de 2014 referente ao Município de Anadia, foi conhecida a informação veiculada pela DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais, segundo o qual os municípios devem reconhecer, ainda em 2014, no passivo, o montante total do valor das unidades de participação a realizar no âmbito do Fundo de Apoio Municipal (FAM), não relevando para o limite da dívida total daquele ano. No caso concreto do Município de Anadia, e pelos motivos apresentados, não foi efetuado o reconhecimento contabilístico preconizado, o que apenas acontecerá no exercício de 2015. O valor total da participação ascende a 933.028,74€, sendo realizado em 2015 o montante de 66.645,00€ por duas tranches iguais, nos meses de junho e dezembro respetivamente.



7. Balanço consolidado do grupo autárquico

		MUNICÍPIO DE ANADIA BALANÇO CONSOLIDADO GRUPO AUTÁRQUICO DE ANADIA A 31/12/2014			
		(€)			
Código das contas POCAL	ATIVO	Exercícios			
		2014		2013	
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado				
	Bens de domínio público:				
451	Terrenos e recursos naturais	1 485 149,24		1 485 149,24	1 485 149,24
452	Edifícios				
453	Outras construções e infra-estruturas	52 694 079,69	23 513 891,21	29 180 188,48	30 293 155,64
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	3 075,00	3 075,00		
459	Outros bens de domínio público				
445	Imobilizações em curso	94 770,57		94 770,57	68 293,51
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		54 277 074,50	23 516 966,21	30 760 108,29	31 846 598,39
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento				
433	Propriedade industrial e outros direitos	236 360,21	233 740,57	2 619,64	6 459,92
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		236 360,21	233 740,57	2 619,64	6 459,92
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	11 914 121,58		11 914 121,58	11 840 881,27
422	Edifícios e outras construções	119 488 187,36	41 624 550,94	77 863 636,42	73 386 769,86
423	Equipamento básico	6 985 148,85	5 103 853,13	1 881 295,72	2 171 911,69
424	Equipamento de transporte	3 906 393,68	3 020 350,39	886 043,29	1 108 537,08
425	Ferramentas e utensílios	191 817,46	185 615,93	6 201,53	6 673,17
426	Equipamento administrativo	2 668 891,57	2 552 492,32	116 399,25	192 063,16
427	Taras e vasilhame	1 756,26	1 756,26		
429	Outras imobilizações corpóreas	123 823,86	105 768,10	18 055,76	17 492,55
442	Imobilizações em curso	79 485,84		79 485,84	4 131 032,34
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
		145 359 626,46	52 594 387,07	92 765 239,39	92 855 361,12
	Investimentos financeiros:				
411	Partes de capital	61 605,00		61 605,00	61 605,00
412	Obrigações e títulos de participação	5 000,00		5 000,00	5 000,00
414	Investimentos em imóveis	4 779 896,96	287 628,71	4 492 268,25	4 792 468,14
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		4 846 501,96	287 628,71	4 558 873,25	4 859 073,14
	Circulante				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	230 480,67		230 480,67	130 928,96
35	Produtos e trabalho em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
		230 480,67	0,00	230 480,67	130 928,96
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes c/c	413 111,51		413 111,51	397 798,94
212	Contribuintes c/c	695,50		695,50	803,93
213	Utentes c/c	1 223,44		1 223,44	
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	377 023,47	377 023,47		
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores	304,50		304,50	599,03
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos	115 675,13		115 675,13	139 699,61
264	Administração autárquica				
262+263+267+268	Outros devedores	1 911 890,19		1 911 890,19	3 363 175,70
		2 819 923,74	377 023,47	2 442 900,27	3 902 077,21
	Títulos negociáveis:				
151	Ações				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos da dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Depósitos em instituições financeiras e caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	5 689 686,23		5 689 686,23	1 302 622,62
11	Caixa	8 831,69		8 831,69	18 577,27
		5 698 517,92		5 698 517,92	1 321 199,89
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	243 786,78		243 786,78	440 458,58
272	Custos diferidos	55 467,89		55 467,89	60 999,99
		299 254,67		299 254,67	501 458,57
	Impostos diferidos				
	Total de amortizações		76 632 722,56		
	Total de provisões		377 023,47		
	Total do activo	213 767 740,13	77 009 746,03	136 757 994,10	135 423 157,20

MUNICÍPIO DE ANADIA
BALANÇO CONSOLIDADO GRUPO AUTÁRQUICO DE ANADIA A 31/12/2014

Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2014	2013
	Fundos próprios:		
51	Património	74.483.194,49	74.482.830,37
	Diferenças de consolidação	623,56	-264.261,63
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas		
571	Reservas legais	8.649.836,70	8.649.836,70
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios	51.166,00	51.166,00
576	Doações	9.601,05	9.601,05
577	Reservas decorrentes da transferência de activos		
58	Outras Variações no capital próprio		
59	Resultados transitados	4.134.126,62	4.638.244,12
88	Resultado líquido do exercício	-454.289,38	-754.911,94
	Total dos Fundos Próprios do Grupo	86.874.259,04	86.812.504,67
	Interesses minoritários	219.312,00	229.460,86
	Total dos Fundos próprios	87.093.571,04	87.041.965,53
	Passivo:		
29	Provisões para riscos e encargos		
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		
2312	Dívidas a instituições de crédito	6.905.026,98	7.374.797,16
2613 + 2685	Outros credores	87.475,60	390.581,21
	Passivos por impostos diferidos		
		6.992.502,58	7.765.378,37
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
23111	Empréstimos de curto prazo	962.998,93	834.352,04
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores c/c	41.212,03	101.225,25
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Clientes e utentes c/ cauções	9.924,83	9.924,83
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de Imobilizado c/c	5.054,80	104.123,31
24	Estado e outros entes públicos	65.006,01	81.029,49
264	Administração autárquica		
262+263+267+268	Outros credores	509.961,42	312.492,14
2613	Contratos Leasing		
		1.594.158,02	1.443.147,06
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	682.251,84	807.696,81
274	Proveitos diferidos	40.395.510,62	38.364.969,43
		41.077.762,46	39.172.666,24
	Total dos fundos próprios e do passivo	136.757.994,10	135.423.157,20



8. Demonstração de Resultados Consolidada do grupo autárquico

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA GRUPO AUTÁRQUICO DE ANADIA A 31/12/2014

(€)

		2014		2013	
		CONSOLIDADO		CONSOLIDADO	
Custos e Perdas					
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias				
	Matérias	822.565,73	822.565,73	996.834,85	996.834,85
62	Fornecimentos e serviços externos	4.627.044,47		5.331.791,43	
	Custos com pessoal:				
641+642	Remunerações	3.353.388,67		3.384.564,00	
643 a 648	Encargos sociais	903.914,30	8.884.347,44	889.403,20	9.605.758,63
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais	687.552,07	687.552,07	877.329,65	877.329,65
66	Amortizações do exercício	6.788.488,93		6.930.151,27	
67	Provisões do exercício	133.129,06	6.921.617,99	144.615,28	7.074.766,55
65	Outros custos e perdas operacionais	79.291,28	79.291,28	42.025,36	42.025,36
	(A)		17.395.374,51		18.596.715,04
68	Custos e perdas financeiros	682.373,83	682.373,83	197.406,98	197.406,98
	(C)		18.077.748,34		18.794.122,02
69	Custos e perdas extraordinários	731.825,92	731.825,92	1.077.240,68	1.077.240,68
	(E)		18.809.574,26		19.871.362,70
86	Imposto sobre o rendimento do exercício	873,68	873,68	641,51	641,51
	(G)		18.810.447,94		19.872.004,21
88	Resultado líquido do exercício		-452.030,14		-742.492,44
	- Grupo autárquico		-454.289,36		-754.911,94
	- Interesses minoritários		2.259,24		12.419,50
			18.358.417,80		19.129.511,77
Proveitos e ganhos					
	Vendas e prestações de serviços				
7111	Vendas de mercadorias				
7112+7113	Vendas de produtos	1.190.840,56		1.235.909,53	
712	Prestações de serviços	1.710.661,51	2.901.502,07	1.572.063,03	2.807.972,56
72	Impostos e taxas	3.818.895,23		3.771.111,04	
	Variação da produção a)				
75	Trabalhos para a própria entidade	559.529,82		751.075,86	
73	Proveitos suplementares			17.667,00	
74	Transferência e subsídios correntes obtidos:	8.065.141,77		8.718.338,30	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	46.764,31	12.490.331,13	34.377,70	13.292.569,90
	(B)		15.391.833,20		16.100.542,46
78	Proveitos e ganhos financeiros	948.415,84	948.415,84	943.063,18	943.063,18
	(D)		16.340.249,04		17.043.605,64
79	Proveitos e ganhos extraordinários	2.018.168,76	2.018.168,76	2.085.906,13	2.085.906,13
	(F)		18.358.417,80		19.129.511,77

Resumo

Resultados operacionais: (B) - (A) =	-2.003.541,31	-2.496.172,58
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A) =	266.042,01	745.656,20
Resultados correntes: (D) - (C) =	-1.737.499,30	-1.750.516,38
Resultado antes de impostos: (F) - (E) =	-451.156,46	-741.850,93
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =	-452.030,14	-742.492,44

9. Mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais do grupo autárquico

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS (exercício de 2014)

(€)

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		1.321.199,89	Despesas orçamentais		17.660.323,31
Execução orçamental	615.252,89		Correntes	10.983.161,50	
Operações de tesouraria	705.947,00		Capital	6.677.161,81	
Receitas orçamentais		22.176.383,41	Operações de tesouraria		1.040.103,26
Correntes		15.762.706,21			
Capital		6.402.417,00	Saldo para a gerência seguinte		5.698.517,92
Receitas Outras		11.260,20	Execução orçamental		5.131.312,99
Operações de tesouraria		901.361,19	Operações de tesouraria		567.204,93
<i>Total</i>		24.398.944,49	<i>Total</i>		24.398.944,49

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CONSOLIDADAS

2014

INTRODUÇÃO

O Município de Anadia apresenta as demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), relativas ao exercício de 2014, reportado a 31 de Dezembro.

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo autárquico foram efetuadas segundo as normas previstas na Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, através da qual é aprovada a orientação n.º.1/2010, que estabelece um conjunto de princípios que devem estar subjacentes à consolidação de contas.

As notas do presente Anexo incluem as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação, mapa de endividamento de médio longo prazo, bem como os mapas exigidos pelo n.º 7 do artigo 75.º, Lei que Estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, adiante designado por RFALEI, nomeadamente Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa Consolidados.

1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

1.1 Entidades Incluídas na Consolidação

Do cumprimento no disposto no n.º 1 do artigo 75.º do RFALEI, surge o grupo autárquico composto pelas seguintes entidades:

1.1.1. Entidade Mãe - Município de Anadia

Sede Social – largo do Município 3780-215 Anadia

Atividade Principal - Atividades desempenhadas no âmbito das atribuídas pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, nomeadamente na área da segurança, proteção civil e luta contra incêndios, educação, saúde, ordenamento do território, cultura, proteção do meio ambiente e conservação da natureza, água, saneamento e resíduos sólidos, energia, comércio e turismo.

1.1.2. Empresa Local – WRC-Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, EIM, SA

Sede Social: Curia Tecnoparque, 3780-544 Tamengos

Atividade Principal: Promoção de ações geradoras de emprego e que permitam fomentar a coesão e melhorar a qualidade de vida na Região Centro, em atividades de serviços, industria e comércio exclusivamente relacionadas com a sociedade de informação e a nova economia.

Composição dos Órgãos sociais:

Órgãos Sociais	
Triénio 2014/2016	
Conselho de Administração	
Presidente:	João Vasco Ribeiro
Vice-Presidente:	José Simões Marques
Vogal:	Pedro Maranha Tiago
Suplente:	Jorge Eduardo Ferreira Sampaio
Mesa da Assembleia Geral	
Presidente:	Litério Augusto Marques (Mun. Anadia)
Vogal:	Rosa Reis Marques (Mun. Coimbra)
Vogal:	Rui Jorge da Silva Antunes (IPCoimbra)
Fiscal Único	
Efetivo	Noras Silvério & Bizarro do Vale, SROC, Lda.
Suplente:	Pedro Roque, SROC, Unip., Lda.

Órgão de fiscalização: Noras Silvério & Bizarro do Vale, SROC, Lda.

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística

Tipo de Entidade: Empresa do Setor Empresarial Local

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2014

Estado das contas do exercício (e anteriores se pertinente): Aprovadas em Assembleia Geral realizada a 31 de março 2015.

Capital/participação detida: 69,2%. totalmente de forma direta

Número médio de trabalhadores: 6

Motivo da inclusão no perímetro de consolidação: A detenção de uma participação de 69,20% constitui, segundo o definido na Portaria 474/2010, indicação de poder de controlo, pelo que deve constar do perímetro de consolidação.

Método Consolidação aplicado: Método de consolidação integral.

2. Entidades Excluídas da Consolidação

Nome da Entidade	NIF	Valor da Participação	Participação do Município	Justificativo
Entidades Participadas Societárias:				
ERSUC-Resíduos Sólidos do Centro, SA.	503004405	55.105,00 €	1,35%	a)
Entidades Participadas Não Societárias:				
ABAP-Associação do Beira Atlântico Parque	504843354	5.000,00 €	0,20%	b)
ANMP-Associação Nacional Municípios Portugueses	501627413	4.756,00 €	0,32%	c)
Associação Plataforma p/a Construção Sustentável	508242339	2.500,00 €	1,73%	b)
Associação Rota da Bairrada	507946626	500,00 €	3,13%	b)
CIRA-Comunidade Intermunicipal Região de Aveiro	508771935	28.312,00 €	8,30%	c)
Escola Profissional Viticultura e Enologia Beira Litoral	504755412	2.500,00 €	3,78%	b)

- a) As empresas participadas (art.º 3º e 51º e seguintes da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto) nunca serão incluídas nos perímetros de consolidação dos municípios, pois, neste caso, não é susceptível existir controlo ou presunção de controlo por parte do setor local.
- b) As entidades intermunicipais e associativas municipais são entidades mãe ou consolidantes, pelo que nunca integram os perímetros de consolidação de qualquer município (nº 2 do artigo 75.º do RFALEI).
- c) As entidades de outra natureza (nº 3 do artigo 75.º do RFALEI), onde se verifique a inexistência ou presunção de controlo (nºs 4 e 5 do artigo 75.º do RFALEI), e não se enquadrarem de entidades especificamente elencadas no nº 6 do artigo 75.º do RFALEI.

3. Informações de procedimentos de consolidação

Para garantir uma uniformização da informação da entidade incluída no perímetro de consolidação foram convertidos para o POCAL, através de reclassificações e ajustamento que se revelam necessários, os documentos de prestação de contas da entidade consolidada, uma vez que são concebidos em SNC – Sistema de Normalização Contabilística.

O município de Anadia utiliza no processo de consolidação o método de consolidação integral.

Este método consiste na integração nas demonstrações financeiras da entidade consolidante dos elementos das demonstrações financeiras das entidades consolidadas.

4. Informações sobre o Endividamento de médio e longo prazo

O quadro seguinte permite-nos visualizar o endividamento consolidado de médio e longo prazo, de acordo com o nº7 do artigo 75º da Lei 73/2013, desagregada por rubrica patrimonial.

Dívidas a terceiros de médio/longo prazos

Ano: 2014
(unidade:euro)

Código/designação das contas	Dívidas a terceiros de médio/longo prazos			Eliminação de créditos/dívidas recíprocas	Grupo local consolidado
	MUNICIPIO	WRC	TOTAL		
23	6.905.026,98	0,00	6.905.026,98	0,00	6.905.026,98
264	87.475,60	0,00	87.475,60	0,00	87.475,60
Total	6.992.502,58	0,00	6.992.502,58	0,00	6.992.502,58

A evolução da dívida decorrente de empréstimos de médio e longo prazo do grupo autárquico, e que se confina apenas ao Município de Anadia, pode ser visualizado no quadro seguinte, verificando-se, ao contrário de 2013 em que registou uma subida de 9,35% devido à utilização de dois empréstimos, uma tendência descendente em 2014, uma vez que a dívida passou de 8.209.149,20 euros para os 7.868.025,91 euros, ou seja, registou uma descida de 4,16%.

Evolução do Stock da Dívida

Descrição	2014	2013
1- Dívida empréstimos m/l prazo no início do período	8.209.149,20	7.507.074,50
2 - empréstimos contraídos e utilizados no período	510.163,40	1.535.039,40
3 - Juros Capitalizados	0,00	0,00
4- Amortizações do período	851.286,69	832.964,70
1- Dívida empréstimos m/l prazo no final do período (1+2+3-4)	7.868.025,91	8.209.149,20
Taxa de Evolução da Dívida	-4,16%	9,35%

5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros

Os saldos e fluxos financeiros (alínea d) do n.º7 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) da entidade consolidante e consolidadas resultam no seguinte mapa.

AJUSTAMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO 2014 - CMA/WRC				
Descrição	Conta(s) a débito	Conta(s) a crédito	Valor(es) a débito	Valor(es) a crédito
A) Anulação de saldos e transações intragrupo				
1. Aluguer de espaço na Feira da Vinha e do Vinho	712	62	750,00	750,00
2. Serviços Prestados pela WRC	712	62	250,00	250,00
3. Direito de superfície Edifícios Quinta dos Cabrais		433		667 000,00
	48		266 800,00	
	274		400 200,00	
	78	66	33 350,00	33 350,00
4. Saldo intragrupo (diferença consolidação)	59	211	1 814,99	1 814,99
B) Homogeneização de políticas				
1. Impostos diferidos activos	Impostos dif.			17 804,18
		83		21 933,82
	59		39 738,00	
		Int. minoritarios	6 755,62	6 755,62
2. Impostos diferidos passivos	Imp. dif.	58	1 275,00	1 275,00
3. Subsídios ao investimento-atribuído Munic. Anadia	58	59	7 500,00	7 500,00
C) Anulação da participação financeira e reconhecimento da diferença consolidação				
		411		952 000,00
	48		464 959,55	
	51		946 829,00	
		59		459165
		correção consolidação		623,55
D) Reconhecimento dos interesses minoritários (não controlados)				
		Int. minoritarios		212 556,38
		Int. minoritarios		4 496,38
	51		421 421,00	
		59		204 368,23

6. Informações relativas a compromissos

Não existem compromissos assumidos pelo Município de Anadia para exercícios futuros.

7. Informações relativas a políticas contábilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram cumpridos os critérios valorimétricos definidos no ponto 4 do POCAL. Nas entidades incluídas no perímetro de consolidação foram convertidos os seus próprios critérios de valorimetria em critérios uniformes ao grupo local.

7.1 Imobilizações

Os bens de imobilizado do grupo autárquico foram registados pelo custo de aquisição, deduzindo as respetivas depreciações e provisões. Nos casos em que não é conhecido o valor de aquisição, procede-se à devida avaliação, segundo os critérios adequados.

As despesas de reparação e manutenção sem grande relevo são consideradas como custo no ano que ocorrem.

As amortizações como definido no ponto 2.7.2. do POCAL foram efetuadas segundo o método das quotas constantes.

Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros (partes de capital) foram contabilizados pelo custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações/provisões.

7.2 Locação Financeira

Não existiram bens utilizados em regime de locação financeira.

7.3 Existências

As existências são valorizadas ao custo de aquisição, tendo como critério de custeio das saídas o custo médio ponderado.

7.4 Provisões

As provisões são calculadas com base no princípio da prudência.

São calculadas de acordo com o estabelecido no ponto 2.7.1 do POCAL (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro).

7.5 Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, sendo expressas em euros.

7.6 Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos em instituições financeiras exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, sendo os mesmos expressos em euros.

7.7 Especialização do exercício

No grupo consolidado autárquico cada uma das entidades, registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios. As receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica "Acréscimos e Diferimentos".

8. Informações relativas a diversas rubricas

a) Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento»

No exercício não houve movimentos

b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço consolidado e nas respectivas amortizações e ajustamentos.

ATIVO IMOBILIZADO BRUTO CONSOLIDADO

Nº Conta	Designação	Saldo Inicial	Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transf.+Abates	Saldo Final
Bens de Domínio Público							
451	Terrenos e recursos naturais	1.485.149,24	0,00	0,00	0,00	0,00	1.485.149,24
453	Outras construções e infraestruturas	51.746.848,70	0,00	2.483,50	0,00	944.747,49	52.694.079,69
455	Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	3.075,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.075,00
445	Imobilizações em curso	68.293,51	-211.042,88	1.182.267,43	0,00	-944.747,49	94.770,57
		53.303.366,45	-211.042,88	1.184.750,93	0,00	0,00	54.277.074,50
Imobilizações Incorpóreas							
433	Propriedade industrial e outros direitos	903.360,21	-667.000,00	0,00	0,00	0,00	236.360,21
Imobilizações Corpóreas							
421	Terrenos e recursos naturais	11.840.881,27	41.601,10	26.678,80	11.222,95	16.183,36	11.914.121,58
422	Edifícios e outras construções	111.195.743,24	-900,00	83.710,27	0,00	8.209.633,85	119.488.187,36
423	Equipamento básico	6.807.359,60	0,00	253.894,28	129.123,05	53.018,02	6.985.148,85
424	Equipamento de transporte	4.107.994,39	0,00	9.923,64	101.099,53	-110.424,82	3.906.393,68
425	Ferramentas e utensílios	206.197,20	0,00	3.538,53	17.918,27	0,00	191.817,46
426	Equipamento administrativo	2.624.643,70	107,50	44.140,37	0,00	0,00	2.668.891,57
427	Taras e vasilhame	1.756,26	0,00	0,00	0,00	0,00	1.756,26
429	Outras imobilizações corpóreas	117.743,06	0,00	6.080,80	0,00	0,00	123.823,86
442	Imobilizações em curso	4.131.032,34	-4.267,55	4.191.816,30	0,00	-8.239.095,25	79.485,84
		141.033.351,06	36.541,05	4.619.782,99	259.363,80	-70.684,84	145.359.626,46
Investimentos Financeiros							
411	Partes de capital	345.605,00	-952.000,00	668.000,00	0,00	0,00	61.605,00
412	Obrigações e títulos de participação	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
4141	Invest. em imóveis	4.873.466,94	0,00	0,00	77.386,62	-16.183,36	4.779.896,96
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	14.292,57	0,00	-14.292,57	0,00
		5.224.071,94	-952.000,00	682.292,57	77.386,62	-30.475,93	4.846.501,96
	TOTAL	200.464.149,66	-1.793.501,83	6.486.826,49	336.750,42	-101.160,77	204.719.563,13

AMORTIZAÇÕES

Nº Conta	Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público					
4853	Outras construções e infraestruturas	21.453.693,06	2.060.198,15	0,00	23.513.891,21
4855	Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	3.075,00	0,00	0,00	3.075,00
		21.456.768,06	2.060.198,15	0,00	23.516.966,21
De Imobilizações Incorpóreas					
4833	Propriedade industrial e outros direitos	496.771,93	3.768,64	-266.800,00	233.740,57
De Imobilizações Corpóreas					
4822	Edifícios e outras construções	37.808.973,38	3.817.175,77	1.598,21	41.624.550,94
4823	Equipamento básico	4.635.447,91	593.876,69	125.471,47	5.103.853,13
4824	Equipamento de transporte	2.999.457,31	207.377,37	186.484,29	3.020.350,39
4825	Ferramentas e utensílios	199.524,03	4.010,17	17.918,27	185.615,93
4826	Equipamento administrativo	2.455.847,21	96.645,11	0,00	2.552.492,32
4827	Taras e vasilhame	1.756,26	0,00	0,00	1.756,26
4829	Outras imobilizações corpóreas	100.402,71	5.365,39	0,00	105.768,10
		48.201.408,81	4.724.450,50	331.472,24	52.594.387,07
De Investimentos em imóveis					
4812	Edifícios e outras construções:	274.904,07	31.601,22	18.876,58	287.628,71
	TOTAL	70.429.852,87	6.820.018,51	83.548,82	76.632.722,56

c) Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não aplicável

d) Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram.

Não aplicável

e) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respectivos preços de mercado.

Não aplicável

f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo custo ou do preço do mercado.

Não aplicável

g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não aplicável

h) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respectiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão.

Não aplicável.

i) Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas.

Não aplicável.

j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades.

VALOR LIQUIDO CONSOLIDADO DAS VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS - 2014

Designação	Município Anadia	WRC	Correções/Anulações/ Consolidação	Total Consolidado
Vendas de Produtos	1.190.840,56	0,00	0,00	1.190.840,56
Prestações de Serviços	1.499.922,27	211.739,74	-1.000,50	1.710.661,51
TOTAL	2.690.762,83	211.739,74	-1.000,50	2.901.502,07



k) Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efetuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.

l) Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros;

Não aplicável.

m) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respectivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;

Os órgãos sociais da WRC não foram remunerados. O Revisor Oficial de Contas auferiu a título de honorários o valor de 2.214,00€.

n) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento de inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação.

Não aplicável.

o) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.

Não aplicável.

p) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujo conteúdo não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Foram preparadas contas consolidadas de 2013 com o intuito dos valores de 2014 serem comparáveis com o ano anterior e que portanto, pese embora estas sejam as primeiras demonstrações financeiras consolidadas, não se levantam problemas com a comparabilidade.

q) Demonstração de Resultados Financeiros Consolidada:

Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Ano: 2014
(unidade: euro)

Código das Contas	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		Código das Contas	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
		2014	2013			2014	2013
681	Juros suportados	171.128,52	134.918,88	781	Juros obtidos	14.608,50	4.024,61
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	3.724,02
683	Amortizações de investimentos em imóveis	31.601,22	32.576,93	783	Rendimentos de imóveis	930.580,54	935.314,55
684	Provisões para aplicações financeiras	464.959,55	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	3.226,80	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
686	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
687	Outros custos e perdas financeiros	14.684,54	29.911,17	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
688	Resultados financeiros	266.042,01	745.656,20	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
	Total	948.415,84	943.063,18		Total	948.415,84	943.063,18

r) Demonstração de Resultados Extraordinários Consolidada:

Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Ano: 2014
(unidade: euro)

Código das Contas	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		Código das Contas	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
		2014	2013			2014	2013
691	Transferências de capital concedidas	460.479,80	803.546,93	791	Restituições de impostos	0,00	6.722,06
692	Dívidas Incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	323,15	505,68	793	Ganhos em existências	1.908,84	174.093,45
694	Perdas em imobilizações	182.170,44	122.297,31	794	Ganhos em imobilizações	240.006,22	0,00
695	Multas e penalidades	12.539,76	0,00	795	Benefícios de penalidades contratuais	4.337,36	2.596,81
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	74,51	0,00
697	Correções relativas a exercícios anteriores	28.265,60	88.847,45	797	Correções relativas a exercícios anteriores		4.168,72
698	Outros custos e perdas extraordinários	48.047,17	62.043,31	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.771.841,83	1.898.325,09
	Resultados extraordinários	1.286.342,84	1.008.665,45				
	Total	2.018.168,76	2.085.906,13		Total	2.018.168,76	2.085.906,13

s) Desdobramento das contas de provisões acumuladas:

Desdobramento da Conta de Provisões Acumuladas

Grupo Autárquico de Anadia

Ano : 2014

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19 Provisões para Aplicações de Tesouraria	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
291 Provisões para Cobranças Duvidosas	243.894,41 €	133.129,06 €	0,00 €	377.023,47 €
292 Provisões para Riscos e Encargos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
39 Provisões para Depreciação de Existências	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
49 Provisões para Investimentos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	243.894,41 €	133.129,06 €	0,00 €	377.023,47 €

t) Bens utilizados em regime de Locação Financeira:

Não aplicável

u) Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas.

Não aplicável.

9. Informações diversas

9.1 - Ação proposta por Alberto Couto Alves, SA. E referente à empreitada de construção do Velódromo Nacional de Sangalhos

Corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro o Processo nº143/10.2-BEAVR contra o Município de Anadia, ação esta proposta por Alberto Couto Alves, SA. referente à empreitada de construção do Velódromo Nacional de Sangalhos em que a mesma vem com o pedido indemnizatório de 2.279.013,00€ € e cujo julgamento se encontra a decorrer.

No entanto não foi reconhecida nenhuma provisão para outros riscos e encargos, uma vez que o Município considera que não assiste razão à autora, como tal não existe probabilidade do Município obter uma decisão desfavorável, conjugado com o fato de ainda não existir uma decisão judicial e portanto não ser possível estimar um eventual valor de perda.

Mais se informa que na eventualidade de vir a haver condenação, é convicção do Município de que a mesma não pode assumir valores materiais e que ainda assim seriam de acrescer ao montante da empreitada.

Anadia, 29 de Maio de 2014

A Presidente da Câmara Municipal de Anadia

(Eng^a Maria Teresa Belém Correia Cardoso)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Município de Anadia**, as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2014, (que evidencia um total de balanço 136.757.994 euros e um total de fundos próprios de 87.093.571 euros, incluindo interesses minoritários no montante de 219.312 euros e um resultado líquido negativo de 454.289 euros atribuível ao grupo autárquico), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa de operações orçamentais do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das entidades incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação das demonstrações financeiras das entidades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



Reserva

7. Decorrente do processo de integração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Anadia (SMAS) na estrutura organizacional do Município, ocorrido em 1 de janeiro de 2013, não foi possível validar a asserção valorização para um conjunto de infraestruturas (redes de água e saneamento) que se encontravam registadas no imobilizado corpóreo dos extintos SMAS, considerando a sua data de aquisição/construção, não obstante as referidas infraestruturas revelarem operacionalidade em face dos proveitos gerados, sendo previsível que durante o corrente ano se conclua o relatório técnico que tem por objetivo a sua identificação e mensuração.

Opinião

8. Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito do ajustamento que poderia revelar-se necessário caso não existisse a limitação referida no paragrafo nº 7 anterior, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Município de Anadia** em 31 de dezembro de 2014, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados de Operações Orçamentais do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para as Autarquias Locais.

Ênfase

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto, mencionado no ponto 9 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, relativo ao processo judicial em que o Município é réu, sendo autora empresa de construção. É convicção do Executivo que deste processo não advirão perdas significativas, não sendo possível antecipar qualquer desfecho em relação ao mesmo nem estimar com fiabilidade o valor de perda provável para a assunção de eventuais obrigações futuras. Neste contexto, não foi reconhecida qualquer provisão para fazer face a eventuais responsabilidades, encontrando-se este facto divulgado na nota acima referida.

Relato sobre outros requisitos legais

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Coimbra, 01 de junho de 2015

P. Matos Silva, Garcia Jr, P. Caiado & Associados, SROC, Lda
representada por:

João Paulo Ferreira (ROC n.º 851)